

quadro 2 - Projetos de colonização sob responsabilidade do Incra em 2002

Município	Nº de projetos	Área (ha)	Capacidade prevista	Famílias assentadas
Alto Alegre	1	165.000	1.375	650
Mucajaí	2	76.200	1.270	1.177
Iracema	4	91.259	1.367	1.036
Total	7	332.459	4.012	2.863

Fonte: Incra, 2002

desmatamento, não sustentaram um notável crescimento da produção agrícola, nem deram origem a uma classe dinâmica de pequenos produtores. Em geral, os projetos evidenciam dois tipos de situações. De um lado, encontram-se pequenos agricultores mantendo uma agricultura de sobrevivência, seja morando ainda dentro dos seus lotes ou seja morando na cidade e usando-os como meros sítios. Do outro lado, acham-se fazendas constituídas por pessoas mais capitalizadas – por exemplo graças aos lucros do garimpo – a partir da compra de vários lotes. Essas fazendas, bem como outras, criadas nos interstícios dos assentamentos – às vezes por grilagem – são frequentemente responsáveis pelo uso indiscriminado de queimadas na limpeza de pastagens e por uma grande parte do desmatamento da região.

De qualquer maneira, a discrepância entre o número de lotes dos projetos e o número de agricultores residentes evidente no quadro 1 dá uma boa idéia do fracasso da implementação de uma agricultura de pequenos produtores pelo Itaraima. De acordo com as pesquisas realizadas *in loco*, a situação das áreas do Incra é muito semelhante e, por isso, o órgão tem tido, entre 2000 e 2003, mais uma política voltada à ocupação dos lotes abandonados do que à abertura de novos projetos.

O desmatamento na região Ajarani-Mucajaí

A região Ajarani-Mucajaí caracteriza-se pela presença de uma floresta de transição entre o “lavrado” – cerrados característicos da região que se estende de Boa Vista até a fronteira com a Venezuela – e a floresta tropical densa encontrada mais ao oeste. Constitui uma faixa sul-norte, descontínua, de aproximadamente 1,6 milhões de ha (16.000 km²), com uma largura variando entre 110 Km na altura de Mucajaí e 25 km na altura de Alto Alegre.⁽⁴⁵⁾

A floresta de transição tem características que a diferenciam das demais áreas de floresta do estado, sendo composta de mata mais baixa, com uma presença importante de palmeiras. Tendo uma sensibilidade importante à seca, essa vegetação de transição apresenta uma vulnerabilidade maior aos incêndios. Foi principalmente nessa região que os incêndios de 1998 e 2003 no estado de Roraima causaram a devastação de áreas florestais con-

sideráveis, em grande parte por causa do desmatamento e do uso do fogo nos projetos de colonização. É também nessa área que se concentra a maior pressão da colonização agrícola.

Usando um levantamento do Inpe,⁽⁴⁶⁾ pudemos calcular em 198.500 ha a área desmatada nesta faixa de floresta de transição nos municípios de Alto Alegre, Mucajaí e Iracema e em 19.500 ha na área de floresta densa vizinha, a maior parte desta última sendo situada nos arredores da serra do Mucajaí, ilha de floresta densa incrustada na região de floresta de transição.⁽⁴⁷⁾ De modo geral, o desmatamento encontra-se concentrado numa faixa de aproximadamente 75 km de largura a partir de uma linha juntando as cidades de Caracaraí, Mucajaí e Alto Alegre.

Tais números poderiam deixar pensar que o nível de desmatamento da área de colonização agrícola citado acima é bastante baixo, sendo uma taxa de desmatamento próxima de 30% da área. Entretanto, vários fatos contradizem, infelizmente, essa análise otimista. Em primeiro lugar, deve-se notar que os projetos de colonização da região são recentes: grande parte deles foi criada durante os anos 1990. Os lotes que os compõem estão em processo de desmatamento, o que explica em parte a gravidade atual do problema dos incêndios. Os dados do Inpe já citados indicam que de 2000 até 2001, mais de 15 mil ha foram desmatados, o que representa um ritmo de desflorestamento bastante rápido.

Além disso, a área afetada representa só uma pequena parte dos danos ambientais acarretados pela colonização agrícola. Assim, a nossa estimativa só contabilizou áreas abertas, geralmente para pasto. Porém, como sabemos, a região foi devastada duas vezes por grandes incêndios nos últimos anos e continua sendo afetada anualmente por fogos menores, ligados à limpeza das pastagens ou à abertura de novas roças. Em consequência disso, as áreas que ainda apresentam uma resposta espectral de floresta nas imagens de satélite são muitas vezes compostas de árvores semimortas, invadidas por cipós e palmeiras resistentes ao fogo. A diversidade ecológica da vegetação primária destas zonas foi irremediavelmente perdida, bem como suas possibilidades de regeneração natural pois os incêndios, a maioria deles rasteiros, têm matado os brotos, as plantas jovens e uma parte das se-

⁴⁵ Silva (1997: 400-416).

⁴⁶ Usando os arquivos georreferenciados do Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia) digital, ano 2001.

⁴⁷ Nota-se também dentro desse total uma superfície significativa localizada ao longo da estrada Perimetral Norte, hoje abandonada: os rastros do canteiro de obras, mesmo depois de trinta anos, ainda permanecem descobertos, ilustrando a lentidão da regeneração natural.

mentes contidas no solo. As conseqüências dos incêndios sobre a fauna também têm sido graves, limitando drasticamente o número de animais capazes de disseminar sementes.

A colonização agrícola e a Flona de RR

Se, como vimos, a Flona de RR foi criada, antes de tudo, com o propósito de encobrir uma redução drástica da TIY, abrindo a maior parte de sua superfície à exploração mineral e madeireira, é também óbvio que foi desenhada para favorecer o avanço da colonização agrícola na região. Assim, seu perímetro recortado (ver mapa 1) deixava sem proteção duas pontas profundamente incrustadas na floresta tropical densa do oeste de Roraima e, conseqüentemente, no território Yanomami: uma na região do Uraricoera, a outra na altura do projeto Apiaú. Estas duas entradas teriam permitido, em longo prazo, a penetração da fronteira agrícola até praticamente o piedmonte da Serra das Surucucus. Como primeiro passo dessa estratégia, o Projeto Paredão, com 165 mil ha, foi criado em 1987 numa área situada muito mais ao oeste do que os outros projetos de colonização, encostado nos limites da Flona-RR. Entretanto, a relativa fraqueza da dinâmica de colonização em Roraima e o curto tempo de ativação política da Flona-RR, entre o fim do governo Sarney e o começo do governo Collor, fizeram com que não houvesse outras iniciativas de articulação de projetos de colonização nos contornos desta Unidade. De fato, com a homologação da TIY em 1992 o limite final da área protegida no oeste de Roraima passou a situar-se bem mais a leste do que o limite da Flona-RR, deixando, mesmo assim, mais de 2,5 milhões de ha de florestas,⁽⁴⁸⁾ de transição ou densa, à disposição das atividades agrícolas nesta região.

Na medida em que a Flona de RR era supostamente parte de um esquema de proteção das terras Yanomami e que, de fato, cobria territórios desse grupo indígena reivindicados pela Funai, teria sido normal a homologação contínua da área Yanomami abranger toda a superfície da Flona de RR. Entretanto, somente 95% da superfície dessa unidade acabou incluída na TIY, excluindo a confluência dos rios Mucajá e Apiaú.

Finalmente, a situação criada nessa região depois da homologação da TIY é bastante estranha. De fato, a área da Flona de RR tinha sido estendida até a confluência Mucajá-Apiaú para constituir uma zona tampão de aproximadamente 20 km de largura ao redor de uma das ilhas Yanomami da delimitação de 1988, denominada “área indígena Mucajá” (“3” no mapa 2). Com a escolha pela Funai de um traçado mais a oeste para o limite da TIY (provavelmente tomando em conta a pressão fundiária e as in-

vasões oriundas da área de colonização do projeto Apiaú – “1” no mapa 2), criaram-se duas situações anômalas.

Temos, de um lado, 5% da Flona de RR fora da TIY (“4” no mapa 2), única parte da qual, de fato, o Ibama era responsável em termo de gestão e proteção. Temos, do outro, a ponta leste da ex-“Área Indígena Mucajá”, que não foi incorporada à TIY (“3”) e, tampouco, posteriormente incluída na Flona. Passou então a constituir uma “ilha” de aproximadamente 16.500 ha sem nenhum tipo de proteção legal (pela Funai ou pelo Ibama) incrustada na área da Flona de RR não incidente na TIY (“3” no mapa 2).

Em todo caso, esta anomalia geográfico-administrativa não faz muita diferença no contexto da evolução geral da zona, sendo que o Incra criou em 1996 dois projetos de assentamento (Samaúma e Vila Nova, com um total de 76.200 ha) exatamente no espaço da Flona de RR fora da TIY e de sua “ilha” sem proteção. Apesar de protesto formal do Ibama, os dois projetos começaram a ser implementados, inviabilizando em grande parte a função de proteção ambiental da Flona na região. Assim, dos 141 mil ha da Flona não incidentes na TIY, somente cerca da metade ainda escapa ao avanço da colonização agrícola, sendo, porém, cada vez mais invadida por madeireiros da região. Finalmente, em decorrência da homologação da TIY, ao sul, os colonos assentados entre os km 35 e 50 da Perimetral Norte (região de Ajarani) viram sua indevida presença em Terras Indígenas juridicamente sancionada, sendo que o traçado da TIY de 1991/92 resgatou, em parte, o território do subgrupo *Yawaripë* (“2” no mapa 2).

Uma possível reorganização fundiária?

Até 2003, a situação fundiária da região limítrofe a TIY permanecia a seguinte: ao norte, um resto da Flona de RR, em parte invadido pelo Incra e em outra parte afetado pela entrada ilegal de madeireiros (“3” e “4” no mapa 2); no centro, um grande “golfo” de floresta densa de mais ou menos 250 mil ha (“5” no mapa 2) incrustado na área indígena, limitado a leste pela zona de colonização e cada vez mais ameaçado pela pressão fundiária local;⁽⁴⁹⁾ ao sul, colonos e fazendas instaladas dentro da TIY (“2” no mapa 2). Entretanto, em 2004, a perspectiva de repasses de terras do Incra para outras administrações (Funai, Ibama), o surgimento de uma invasão de sem-terra perto da vila agrícola de Campos Novos, bem como as pressões políticas dos Yanomami estão se conjugando

⁴⁸ Essa estimativa incluiu toda a faixa de floresta entre o lavrado e o limite da TIY.

⁴⁹ Ambas áreas (resto da Flona-RR ainda resgatável e “golfo” de floresta ao sul) são alvo da proposta feita pela CCPY ao Ibama para a criação de uma nova Unidade de Conservação, a fim de amenizar o impacto da colonização agrícola no limite leste da TIY.